

# SUMÁRIO

## Conhecimentos Básicos

### LINGUA PORTUGUESA

1. ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO E SEU SENTIDO: GÊNERO DO TEXTO (LITERÁRIO E NÃO LITERÁRIO, NARRATIVO, DESCRITIVO E ARGUMENTATIVO) .....	37
2. SEMÂNTICA .....	41
2.1. SENTIDO E EMPREGO DOS VOCÁBULOS/CAMPOS SEMÂNTICOS .....	41
2.2. EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS/MECANISMOS DE FLEXÃO DOS VERBOS .....	43
3. MORFOLOGIA .....	47
3.1. RECONHECIMENTO, EMPREGO E SENTIDO DAS CLASSES GRAMATICAIS ...	47
3.2. FORMAÇÃO DE PALAVRAS .....	53
3.3. MECANISMOS DE FLEXÃO DOS NOMES .....	56
4. SINTAXE .....	58
4.1. FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO .....	58
4.2. TERMOS DA ORAÇÃO .....	59
4.3. PROCESSOS DE COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO .....	72
4.4. CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL .....	81
4.5. TRANSITIVIDADE E REGÊNCIA DE NOMES E VERBOS .....	90
4.6. PADRÕES GERAIS DE COLOCAÇÃO PRONOMINAL NO PORTUGUÊS .....	95
4.7. MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL .....	98
5. ORTOGRAFIA .....	101

6. ACENTUAÇÃO GRÁFICA .....	107
7. EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE .....	110
8. PONTUAÇÃO .....	113
9. REESCRITA DE FRASES: SUBSTITUIÇÃO, DESLOCAMENTO, PARALELISMO .....	117
9.1. VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: NORMA CULTA .....	118
<b>ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO .....</b>	<b>121</b>
<b>REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRI- TO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS.....</b>	<b>131</b>
<b>LEI Nº 11.697, DE 13 DE JUNHO DE 2008 .....</b>	<b>227</b>
<b>PROVIMENTO GERAL DA CORREGEDORIA APLICADO AOS JUÍ- ZES E OFÍCIOS JUDICIAIS .....</b>	<b>263</b>
<b>PROVIMENTO 12, DE 17 DE AGOSTO DE 2017 .....</b>	<b>311</b>

## Conhecimentos Específicos

### RETA FINAL – ANALISTA TJDF

1. CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO .....	333
2. SENTIDOS OU CONCEPÇÕES DE CONSTITUIÇÃO .....	333
2.1. SENTIDO SOCIOLÓGICO .....	333
2.2. SENTIDO POLÍTICO .....	333
2.3. SENTIDO JURÍDICO .....	334
2.4. SENTIDO CULTURAL .....	334
3. CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES .....	334
3.1. QUANTO AO CONTEÚDO .....	335
3.2. QUANTO À FORMA .....	335
3.3. QUANTO À ORIGEM .....	335
3.4. QUANTO À ESTABILIDADE .....	336
3.5. QUANTO À EXTENSÃO .....	337
3.6. QUANTO À ELABORAÇÃO .....	338

3.7.	QUANTO À IDEOLOGIA .....	338
3.8.	QUANTO À ESSÊNCIA .....	338
3.9.	QUANTO À SISTEMATIZAÇÃO .....	339
3.10.	QUANTO À FINALIDADE .....	340
3.11.	QUANTO AO SISTEMA .....	340
3.12.	QUANTO AO LOCAL DE ELABORAÇÃO OU ORIGEM DE SUA DECRE- TAÇÃO .....	340
3.13.	QUANTO À FUNÇÃO .....	341
3.14.	CLASSIFICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988 ...	341

## **PODER CONSTITUINTE**

1.	ORIGENS DA TEORIA DO PODER CONSTITUINTE .....	343
2.	NATUREZA .....	343
3.	TITULARIDADE E EXERCÍCIO .....	344
4.	ESPÉCIES DE PODER CONSTITUINTE: ORIGINÁRIO E DERIVADO .....	344
5.	PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO .....	345
5.1.	CONCEITO .....	345
5.2.	CARACTERÍSTICAS .....	345
6.	PODER CONSTITUINTE DERIVADO .....	346
6.1.	CONCEITO .....	346
6.2.	CARACTERÍSTICAS .....	346
6.3.	ESPÉCIES: REFORMADOR E DECORRENTE .....	346
6.4.	PODER CONSTITUINTE REFORMADOR .....	346
6.4.1.	CONCEITO E ESPÉCIES .....	346
6.4.2.	LIMITAÇÕES .....	347
6.5.	PODER CONSTITUINTE DECORRENTE .....	349
7.	MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL OU PODER CONSTITUINTE DIFUSO .....	349

## **TEORIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS**

1.	CLASSIFICAÇÃO DE JOSÉ AFONSO DA SILVA .....	351
1.1.	NORMAS CONSTITUCIONAIS DE EFICÁCIA PLENA .....	351
1.2.	NORMAS CONSTITUCIONAIS DE EFICÁCIA CONTIDA .....	351
1.3.	NORMAS CONSTITUCIONAIS DE EFICÁCIA LIMITADA .....	352

## **INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL**

1.	MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL .....	353
1.1.	MÉTODO JURÍDICO OU HERMENÊUTICO CLÁSSICO .....	353
1.2.	MÉTODO TÓPICO-PROBLEMÁTICO .....	353

1.3.	MÉTODO HERMENÊUTICO-CONCRETIZADOR .....	354
1.4.	MÉTODO CIENTÍFICO-ESPIRITUAL .....	354
1.5.	MÉTODO NORMATIVO-ESTRUTURANTE .....	354
1.6.	MÉTODO DA COMPARAÇÃO CONSTITUCIONAL .....	354
2.	PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL .....	355
2.1.	PRINCÍPIO DA UNIDADE DA CONSTITUIÇÃO .....	355
2.2.	PRINCÍPIO DO EFEITO INTEGRADOR .....	355
2.3.	PRINCÍPIO DA MÁXIMA EFETIVIDADE .....	355
2.4.	PRINCÍPIO DA JUSTEZA OU DA CONFORMIDADE FUNCIONAL .....	356
2.5.	PRINCÍPIO DA CONCORDÂNCIA PRÁTICA OU DA HARMONIZAÇÃO ....	356
2.6.	PRINCÍPIO DA FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO .....	356
2.7.	PRINCÍPIO DA INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO .....	356
2.8.	PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE OU RAZOABILIDADE .....	357

## **CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE**

1.	CONCEITO E PRESSUPOSTOS .....	359
2.	ESPÉCIES DE INCONSTITUCIONALIDADE .....	359
3.	MOMENTOS DE EXERCÍCIO DO CONTROLE .....	360
4.	CONTROLE DIFUSO .....	363
4.1.	HISTÓRICO .....	363
4.2.	ÂMBITO DOS TRIBUNAIS .....	364
4.3.	EFEITOS DA DECISÃO .....	365
5.	CONTROLE CONCENTRADO .....	369
5.1.	AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (GENÉRICA) – ADIN .....	369
5.1.1.	OBJETO .....	369
5.1.2.	COMPETÊNCIA .....	371
5.1.3.	LEGITIMIDADE .....	372
5.1.4.	“AMICUS CURIAE” .....	374
5.1.5.	EFEITOS DA DECISÃO .....	375
5.1.6.	PEDIDO CAUTELAR .....	376
5.2.	AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO – ADO ..	377
5.2.1.	OBJETO .....	378
5.2.2.	COMPETÊNCIA .....	379
5.2.3.	LEGITIMIDADE .....	379
5.2.4.	EFEITOS DA DECISÃO .....	379
5.2.5.	PEDIDO CAUTELAR .....	380
5.2.6.	ADO VERSUS MANDADO DE INJUNÇÃO .....	380
5.3.	AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE INTERVENTIVA (OU RE- PRESENTAÇÃO INTERVENTIVA) .....	381

5.4.	AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE – ADC .....	383
5.4.1.	OBJETO .....	384
5.4.2.	COMPETÊNCIA .....	384
5.4.3.	LEGITIMIDADE .....	385
5.4.4.	“AMICUS CURIAE” .....	385
5.4.5.	EFEITOS DA DECISÃO .....	385
5.4.6.	PEDIDO CAUTELAR .....	386
5.5.	ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL – ADPF .....	386
5.5.1.	OBJETO .....	386
5.5.2.	COMPETÊNCIA .....	387
5.5.3.	LEGITIMIDADE .....	388
5.5.4.	“AMICUS CURIAE” .....	388
5.5.5.	EFEITOS DA DECISÃO .....	388
5.5.6.	PEDIDO CAUTELAR .....	389

## DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

1.	FUNDAMENTOS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL .....	391
2.	PRINCÍPIO DA SOBERANIA POPULAR .....	391
3.	PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES .....	392
4.	OBJETIVOS FUNDAMENTAIS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL .....	393
5.	PRINCÍPIOS QUE REGEM A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL NAS SUAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS .....	394

## DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

1.	DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS NA CONSTITUIÇÃO FEDE- RAL DE 1988 .....	397
1.1.	DIREITO À VIDA .....	397
1.2.	DIREITO À IGUALDADE .....	398
1.3.	LIBERDADE DE AÇÃO À LUZ DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE .....	398
1.4.	LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO .....	398
1.5.	LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO OU OPINIÃO .....	399
1.6.	LIBERDADE DE EXPRESSÃO DE ATIVIDADE INTELECTUAL, ARTÍSTICA, CIENTÍFICA E DE COMUNICAÇÃO .....	399
1.7.	LIBERDADE DE INFORMAÇÃO .....	399
1.8.	LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA E CRENÇA E A ESCUSA DE CONSCIÊN- CIA .....	400
1.9.	LIBERDADE DE REUNIÃO .....	401
1.10.	LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO .....	401

1.11. LIBERDADE PROFISSIONAL .....	402
1.12. DIREITO À INTIMIDADE .....	402
1.13. DIREITO À VIDA PRIVADA .....	403
1.14. DIREITO À HONRA .....	403
1.15. DIREITO À IMAGEM .....	403
1.16. DIREITO À INVIOABILIDADE DA CASA .....	404
1.17. DIREITO À INVIOABILIDADE DAS CORRESPONDÊNCIAS E DAS CO- MUNICAÇÕES TELEGRÁFICAS, DE DADOS E DAS COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS .....	408
1.18. DIREITO DE PROPRIEDADE .....	409
1.19. DIREITO DE PETIÇÃO .....	410
1.20. DIREITO DE CERTIDÃO .....	411
1.21. DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA .....	411
1.22. DIREITO À SEGURANÇA JURÍDICA .....	412
1.23. DIREITO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL .....	412
1.24. DIREITO AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA .....	413

## **DAS AÇÕES CONSTITUCIONAIS**

1. <i>HABEAS CORPUS</i> .....	415
1.1. CABIMENTO .....	415
1.2. LEGITIMIDADE .....	416
2. MANDADO DE SEGURANÇA .....	418
2.1. CABIMENTO .....	418
2.2. LEGITIMIDADE .....	419
3. AÇÃO POPULAR .....	422
3.1. CABIMENTO .....	422
3.2. LEGITIMIDADE .....	422
4. <i>HABEAS DATA</i> .....	424
4.1. CABIMENTO .....	424
4.2. LEGITIMIDADE .....	425
5. MANDADO DE INJUNÇÃO .....	426
5.1. CABIMENTO .....	426
5.2. LEGITIMIDADE .....	426
5.3. CABIMENTO DE TUTELA PREVENTIVA .....	427

## **DOS DIREITOS SOCIAIS**

1. GENERALIDADES .....	429
2. PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO OU PROIBIÇÃO DO RETROCESSO .....	430

## **DIREITO DE NACIONALIDADE**

1. OS BRASILEIROS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 .....	431
1.1. BRASILEIROS NATOS .....	431
1.2. BRASILEIROS NATURALIZADOS .....	433
1.3. DISTINÇÕES ENTRE NATOS E NATURALIZADOS .....	436

## **DOS DIREITOS POLÍTICOS**

1. DIREITOS POLÍTICOS POSITIVOS .....	439
1.1. ATIVOS. CAPACIDADE ELEITORAL ATIVA .....	439
1.2. PASSIVOS. CAPACIDADE ELEITORAL PASSIVA .....	439
2. DIREITOS POLÍTICOS NEGATIVOS .....	442
2.1. INELEGIBILIDADES .....	443
2.1.1. INELEGIBILIDADES ABSOLUTAS .....	443
2.1.2. INELEGIBILIDADES RELATIVAS .....	444
2.2. PRIVAÇÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS: PERDA E SUSPENSÃO .....	449
3. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE ELEITORAL .....	452

## **DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO**

1. DESCOMPLICANDO A COMPETÊNCIA DOS ENTES FEDERADOS .....	453
2. INTERVENÇÃO .....	455
2.1. INTERVENÇÃO FEDERAL .....	456
2.2. INTERVENÇÃO ESTADUAL .....	457
2.3. CARACTERÍSTICAS .....	457

## **DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES**

1. DO PODER LEGISLATIVO .....	459
1.1. ESTRUTURA DO PODER LEGISLATIVO .....	459
1.1.1. ÂMBITO FEDERAL .....	459
1.1.2. ÂMBITO ESTADUAL .....	459
1.1.3. ÂMBITO MUNICIPAL .....	460
1.1.4. ÂMBITO DISTRITAL .....	461
1.2. ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL .....	461
1.3. CÂMARA DOS DEPUTADOS .....	462
1.3.1. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS .....	462
1.3.2. COMPETÊNCIA PRIVATIVA .....	463
1.4. SENADO FEDERAL .....	464
1.4.1. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS .....	464
1.4.2. COMPETÊNCIA PRIVATIVA .....	465

1.5.	IMUNIDADES PARLAMENTARES .....	466
1.5.1.	IMUNIDADE MATERIAL OU INVIOABILIDADE PARLAMENTAR .....	466
1.5.2.	IMUNIDADE FORMAL OU PROCESSUAL .....	467
1.5.3.	FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO .....	468
1.5.4.	IMUNIDADE PARLAMENTAR ESTADUAL E MUNICIPAL .....	469
1.6.	OS DEPUTADOS E SENADORES .....	470
1.7.	PERDA DO MANDATO DE DEPUTADO E SENADOR .....	470
1.8.	DAS COMISSÕES .....	471
1.8.1.	AS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO .....	472
1.9.	PROCESSO LEGISLATIVO .....	477
1.9.1.	GENERALIDADES .....	477
1.9.2.	ESPÉCIES DE PROCESSOS LEGISLATIVOS .....	477
1.9.2.1.	PROCESSO LEGISLATIVO ORDINÁRIO .....	478
1.9.2.2.	PROCESSO LEGISLATIVO SUMÁRIO .....	483
1.9.2.3.	PROCESSOS LEGISLATIVOS ESPECIAIS .....	484
1.10.	DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA .....	485
2.	DO PODER EXECUTIVO .....	487
2.1.	ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA .....	487
2.2.	RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA .....	488
2.2.1.	CRIMES DE RESPONSABILIDADE .....	488
2.2.2.	CRIMES COMUNS .....	490
2.2.2.1.	IMUNIDADE PRESIDENCIAL (IRRESPONSABILIDADE PENAL RELATIVA) .....	491
3.	DO PODER JUDICIÁRIO .....	492
3.1.	FUNÇÕES TÍPICAS E ATÍPICAS .....	492
3.2.	ORGANOGRAMA DO PODER JUDICIÁRIO .....	492
3.3.	ESTATUTO DA MAGISTRATURA .....	493
3.4.	GARANTIAS DO PODER JUDICIÁRIO .....	493
3.4.1.	GARANTIAS INSTITUCIONAIS .....	494
3.4.2.	GARANTIAS FUNCIONAIS .....	494
3.5.	QUINTO CONSTITUCIONAL .....	495
3.6.	SÚMULAS VINCULANTES .....	496
3.7.	DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA .....	497
3.8.	DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .....	499
3.9.	DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....	500
3.10.	DA JUSTIÇA FEDERAL .....	500
3.11.	DA JUSTIÇA DO TRABALHO .....	501



3.12.	DA JUSTIÇA ELEITORAL .....	501
3.13.	DA JUSTIÇA MILITAR .....	502
3.14.	DA JUSTIÇA ESTADUAL .....	503
4.	DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA .....	504
4.1.	DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	504
4.1.1.	PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS .....	505
4.1.2.	GARANTIAS E IMPEDIMENTOS DOS MEMBROS DO MINISTÉ- RIO PÚBLICO .....	506
4.1.3.	FUNÇÕES INSTITUCIONAIS .....	506
4.1.4.	CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	507
4.2.	DA ADVOCACIA PÚBLICA .....	509
4.3.	DA ADVOCACIA .....	510
4.4.	DA DEFENSORIA PÚBLICA .....	510

## **DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS**

1.	GENERALIDADES SOBRE O SISTEMA CONSTITUCIONAL DAS CRISES .....	513
1.1.	DO ESTADO DE DEFESA .....	513
1.2.	DO ESTADO DE SÍTIO .....	514
1.3.	DISPOSIÇÕES GERAIS RELATIVAS AO ESTADO DE DEFESA E AO ES- TADO DE SÍTIO .....	515
2.	DAS FORÇAS ARMADAS .....	516
3.	DA SEGURANÇA PÚBLICA .....	517

## **LIVRO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TER- RITÓRIOS**

1.	INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO .....	521
2.	PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO (REGIME JURÍDICO ADMINISTRA- TIVO) .....	524
3.	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA .....	534
4.	ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR .....	547
5.	AGENTES PÚBLICOS .....	553
6.	PROCESSO ADMINISTRATIVO .....	584
7.	PODERES ADMINISTRATIVOS .....	598
8.	ATOS ADMINISTRATIVOS .....	603
9.	SERVIÇOS PÚBLICOS .....	623
10.	BENS PÚBLICOS .....	636
11.	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	641
12.	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA .....	654

13. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO .....	659
14. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE .....	668
15. LICITAÇÃO .....	689
16. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS .....	706

## **DIREITO CIVIL**

1. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO .....	721
1.1. NATUREZA JURÍDICA DA LEI .....	721
1.2. VIGÊNCIA .....	721
1.3. REVOGAÇÃO DAS LEIS .....	721
1.4. REPRISTINAÇÃO .....	722
1.5. CARACTERÍSTICAS DA NORMA JURÍDICA E SUA APLICAÇÃO .....	722
1.6. PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DAS LEIS .....	722
1.7. AS FORMAS DE INTEGRAÇÃO DA NORMA JURÍDICA. ART. 4.º .....	722
1.8. APLICAÇÃO DA NORMA JURÍDICA NO TEMPO .....	723
1.9. BREVE ANÁLISE DAS INCLUSÕES FEITAS NA LEI DE INTRODUÇÃO PELA LEI 13.655/2018. REPERCUSSÕES PARA O DIREITO PÚBLICO .....	723
1.10. DICA DE @PROF.KAROLARRUDA: JURISPRUDÊNCIA .....	726
2. PESSOAS NATURAIS .....	726
2.1. EXISTÊNCIA .....	726
2.2. DIREITOS DA PERSONALIDADE .....	728
2.3. DICA DE @PROF.KAROLARRUDA: SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA SO- BRE PESSOA NATURAL .....	732
2.4. DOMICÍLIO DA PESSOA NATURAL .....	734
2.5. AUSÊNCIA .....	735
3. PESSOA JURÍDICA .....	736
3.1. TEORIAS .....	736
3.2. ASSOCIAÇÕES .....	736
3.3. FUNDAÇÕES .....	738
3.4. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA (“DISREGARD THEORY”) .....	740
4. BENS .....	742
4.1. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS .....	742
4.2. BENS IMÓVEIS .....	742
4.3. DOS BENS MÓVEIS .....	743
4.4. DOS BENS FUNGÍVEIS E CONSUMÍVEIS .....	743
4.5. DOS BENS DIVISÍVEIS .....	743
4.6. DOS BENS SINGULARES E COLETIVOS .....	744
4.7. DOS BENS RECIPROCAMENTE CONSIDERADOS .....	744

4.8.	DAS PERTENÇAS .....	744
4.9.	BENFEITORIAS .....	744
4.10.	BENS PÚBLICOS .....	744
4.11.	QUADRO RESUMO .....	745
5.	ATO E FATO JURÍDICO .....	746
5.1.	ATO JURÍDICO .....	746
5.2.	FATO JURÍDICO .....	746
6.	NEGÓCIO JURÍDICO .....	746
6.1.	CONCEITO .....	746
6.2.	INTERPRETAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO .....	746
6.3.	VALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO .....	747
6.4.	DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO .....	747
6.5.	DA CONDIÇÃO, DO TERMO E DO ENCARGO .....	751
7.	ATOS JURÍDICOS .....	753
8.	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA .....	754
8.1.	PRESCRIÇÃO .....	754
8.2.	DECADÊNCIA .....	755
9.	PROVA .....	756
9.1.	TIPOS DE PROVA .....	756
9.2.	CONFISSÃO .....	756
9.3.	DOCUMENTO .....	757
9.4.	TESTEMUNHAS .....	757
9.5.	PERÍCIA .....	757
10.	OBRIGAÇÕES .....	757
10.1.	CONCEITO .....	757
10.2.	ELEMENTOS CONSTITUTIVOS .....	757
10.3.	FONTES .....	758
10.4.	OBRIGAÇÃO DE DAR .....	758
10.5.	OBRIGAÇÃO DE FAZER .....	759
10.6.	OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER .....	759
10.7.	OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS .....	759
10.7.1.	SOLIDARIEDADE PASSIVA .....	760
10.8.	TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES .....	761
10.9.	DO ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES .....	762
10.10.	DO PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO .....	764
10.11.	DO PAGAMENTO COM SUB-ROGAÇÃO .....	765
10.12.	IMPUTAÇÃO AO PAGAMENTO .....	766
10.13.	DA DAÇÃO EM PAGAMENTO .....	766
10.14.	DA NOVAÇÃO .....	767

10.15. DA COMPENSAÇÃO .....	768
10.16. REMISSÃO DAS DÍVIDAS .....	768
10.17. INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES .....	768
10.18. DA MORA .....	769
10.19. DAS PERDAS E DANOS, DOS JUROS LEGAIS .....	770
10.20. CLÁUSULA PENAL .....	770
10.21. ARRAS OU SINAL .....	771
11. CONTRATOS .....	772
11.1. CONCEITO .....	772
11.2. LIBERDADE DE CONTRATAR .....	772
11.3. PRINCÍPIOS .....	772
11.4. FIGURAS PARCELARES DA BOA FÉ .....	772
11.5. CONTRATO DE ADESÃO .....	773
11.6. CONTRATOS ATÍPICOS .....	773
11.7. <i>PACTA CORVINA</i> .....	773
11.8. PROPOSTA .....	773
11.9. LUGAR DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO .....	774
11.10. ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIRO .....	774
11.11. DOS VÍCIOS REDIBITÓRIO .....	774
11.12. EVICÇÃO .....	774
11.13. CONTRATOS ALEATÓRIOS .....	775
11.14. SÚMULAS .....	775
11.15. EXTINÇÃO DOS CONTRATOS .....	776
11.16. CONTRATO DE COMPRA E VENDA .....	777
11.16.1. CONCEITO .....	777
11.16.2. OBJETO .....	777
11.16.3. VENDA POR AMOSTRAS .....	777
11.16.4. FIXAÇÃO DO PREÇO .....	777
11.16.5. DESPESAS .....	778
11.16.6. RISCOS DA COISA .....	778
11.16.7. LUGAR DA TRADIÇÃO .....	778
11.16.8. VENDA DE ASCENDENTE PARA DESCENDENTE .....	778
11.16.9. NÃO PODEM SER COMPRADOS EM HASTA PÚBLICA .....	778
11.16.10.....	
COMPRA E VENDA ENTRE CÔNJUGES .....	779
11.16.11.....	
VENDA <i>AD MENSURAM</i> E VENDA <i>AD CORPUS</i> .....	779
11.16.12.....	
DEFEITO OCULTO NAS COISAS VENDIDAS CONJUNTAMENTE	779

11.16.13.....	VENDA DE COISA INDIVISÍVEL .....	779
11.16.14.....	RETROVENDA .....	779
11.16.15.....	PREEMPÇÃO OU PREFERÊNCIA .....	779
11.16.16.....	VENDA COM RESERVA DE DOMÍNIO .....	780
11.16.17.....	DICA DE @PROF.KAROLARRUDA: SÚMULAS .....	780
11.17.	DO CONTRATO ESTIMATÓRIO .....	781
11.18.	DA DOAÇÃO .....	781
11.19.	CONTRATO DE TRANSPORTE .....	783
11.20.	CONTRATO DE SEGURO .....	784
11.21.	DO DEPÓSITO .....	786
11.22.	DO MANDATO .....	787
11.23.	DA FIANÇA .....	788
11.24.	DO EMPRÉSTIMO .....	789
11.25.	DICA DE @PROF.KAROLARRUDA: JURISPRUDÊNCIA SOBRE CONTRA- TOS EM ESPÉCIE .....	790
12.	POSSE .....	791
12.1.	CONCEITO .....	791
12.2.	DETENÇÃO .....	791
12.3.	PODERES INERENTES À PROPRIEDADE .....	791
12.4.	TEORIAS JUSTIFICADORAS DA POSSE .....	791
12.5.	TIPOS DE POSSE .....	792
12.6.	COMPOSSE .....	792
12.7.	QUANTO AOS VÍCIOS OBJETIVOS DA POSSE .....	792
12.8.	QUANTO AOS VÍCIOS SUBJETIVOS .....	793
12.9.	QUANTO AO TÍTULO .....	793
12.10.	QUANTO AO TEMPO .....	793
12.11.	QUANTO AOS EFEITOS .....	793
12.12.	AQUISIÇÃO DA POSSE .....	793
12.13.	QUEM PODE ADQUIRIR A POSSE .....	794
12.14.	ATOS DE MERA PERMISSÃO .....	794
12.15.	EFEITOS DA POSSE .....	794
12.16.	POSSUIDOR DE BOA FÉ .....	795
12.17.	POSSUIDOR DE MÁ FÉ .....	795

12.18.	POSSE E PROCESSO CIVIL .....	795
12.19.	PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS .....	795
12.20.	LEGÍTIMA DEFESA E DESFORÇO IMEDIATO (ART. 1.210, §1º, DO CC) ...	796
13.	DIREITOS REAIS .....	796
13.1.	PROPRIEDADE .....	797
13.1.1.	CONCEITO .....	797
13.1.2.	ATRIBUTOS (ART. 1.228) .....	797
13.1.3.	PROPRIEDADE LIMITADA .....	797
13.1.4.	CARACTERÍSTICAS DO DIREITO DE PROPRIEDADE .....	798
13.1.5.	FUNÇÃO SOCIAL E SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE .....	798
13.1.6.	PROIBIÇÕES .....	798
13.1.7.	EXTENSÃO DA PROPRIEDADE DO SOLO .....	798
13.1.8.	PRIVAÇÃO DO DIREITO DE PROPRIEDADE .....	798
13.1.9.	PERDA DA PROPRIEDADE .....	799
13.1.10.	USUCAPIÃO .....	799
13.1.11.	SÚMULAS, INFORMATIVOS E ENUNCIADOS .....	802
13.2.	SUPERFÍCIE .....	804
13.3.	SERVIDÕES .....	804
13.4.	USUFRUTO .....	805
13.5.	USO .....	806
13.6.	HABITAÇÃO .....	806
13.7.	DIREITO DO PROMITENTE COMPRADOR .....	806
13.8.	DIREITOS REAIS DE GARANTIA .....	806
14.	DIREITO DE FAMÍLIA .....	807
14.1.	CASAMENTO .....	807
14.1.1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	807
14.1.2.	EFEITOS PATRIMONIAIS DO CASAMENTO, REGIME DE BENS, NOME .....	810
14.1.3.	SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA .....	811
14.2.	UNIÃO ESTÁVEL .....	813
14.3.	DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO .....	814
14.3.1.	SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA .....	816
14.4.	ALIMENTOS .....	817
14.4.1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	817
14.4.2.	SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA .....	819
14.5.	DA TUTELA, DA CURATELA E DA TOMADA DE DECISÃO APOIADA .....	820

15. DO DIREITO DAS SUCESSÕES. DA SUCESSÃO EM GERAL. DA SUCESSÃO LEGÍTIMA. DA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA. DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA ....	822
15.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	822
15.2. DO TESTAMENTO .....	825
15.3. INDIGNIDADE E DESERDAÇÃO .....	827
15.4. DO FIDEICOMISSO .....	827
15.5. REVOGAÇÃO E ROMPIMENTO DO TESTAMENTO .....	828
15.6. SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA .....	829
16. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE .....	831
16.1. SÍNTESE HISTÓRICA .....	831
16.1.1. FASE DA ABSOLUTA INDIFERENÇA .....	831
16.1.2. FASE DA MERA IMPUTAÇÃO OU DO DIREITO PENAL DIFERENCIADO OU DIREITO PENAL DO MENOR .....	832
16.2. FASE TUTELAR (FASE DA DOUTRINA DA SITUAÇÃO IRREGULAR) .....	832
16.3. FASE DA PROTEÇÃO INTEGRAL – PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL E PRIORIDADE ABSOLUTA E SEUS CONSECUTÓRIOS .....	833
16.4. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE .....	835
16.4.1. DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE .....	835
16.4.2. DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE .....	835
16.4.3. DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA .....	836
16.4.4. DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER .....	837
16.4.5. DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO .....	838
16.5. PERDA E SUSPENSÃO DO PODER FAMILIAR. COLOCAÇÃO EM FAMÍLIA SUBSTITUTA: GUARDA, TUTELA E ADOÇÃO INTERNACIONAL .....	839
17. DIREITO DO CONSUMIDOR .....	848
17.1. NATUREZA JURÍDICA DAS NORMAS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR .....	848
17.2. RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO .....	848
17.2.1. FORNECEDOR .....	848
17.2.2. CONSUMIDOR .....	849
17.2.3. OBJETO DA RELAÇÃO DE CONSUMO .....	849
17.3. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS À RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO .....	850
17.4. DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS .....	851
17.4.1. TEORIA DOS VÍCIOS .....	851
17.4.2. RESPONSABILIDADE CIVIL PELO ACIDENTE DE CONSUMO: PELO FATO DO PRODUTO .....	852
17.4.3. RESPONSABILIDADE CIVIL PELOS ACIDENTES DE CONSUMO: PELO FATO DO SERVIÇO .....	853

17.4.4.	EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO E DO SERVIÇO .....	853
17.4.5.	RESPONSABILIDADE DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS: A CULPA DO PROFISSIONAL LIBERAL. O ÔNUS DA PROVA .....	854
17.5.	TEORIA DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS .....	855
17.6.	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA .....	856
17.7.	DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA .....	857
17.8.	DAS PRÁTICAS COMERCIAIS .....	858
17.8.1.	DA OFERTA .....	858
17.8.2.	DA PUBLICIDADE .....	859
17.8.3.	COBRANÇA DE DÍVIDAS; CADASTRO DE CONSUMIDORES E FORNECEDORES .....	860
17.9.	DA PROTEÇÃO CONTRATUAL .....	861
17.9.1.	CLÁUSULAS CONTRATUAIS ABUSIVAS .....	862
17.9.2.	CONTRATOS DE ADESÃO .....	864
17.10.	DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO .....	864
17.11.	O SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR .....	867
17.11.1.	SÚMULAS .....	867
17.11.2.	JURISPRUDÊNCIA .....	869
17.11.2.1.	DIREITOS DO CONSUMIDOR .....	870
17.11.2.2.	RESPONSABILIDADE CIVIL .....	874
17.11.2.3.	CADASTRO DE CONSUMIDORES E CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO .....	878
17.11.2.4.	PRESCRIÇÃO .....	880
17.11.2.5.	CONTRATOS DE CONSUMO .....	880
17.11.2.6.	PLANO DE SAÚDE .....	884
17.12.	ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA: LEI 14.181/2021 – LEI DO SUPERENDIVIDAMENTO .....	888
18.	LEI Nº 6.015/1973 E ALTERAÇÕES (REGISTRO DE IMÓVEIS) .....	893
18.1.	NOÇÕES GERAIS .....	893
18.2.	PROCEDIMENTO DE DÚVIDA .....	894
19.	ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (LEI Nº 13.146/2015) .....	895
20.	ALIMENTOS GRAVÍDICOS (LEI Nº 11.804/2008) .....	901
21.	BEM DE FAMÍLIA (LEI Nº 8.009/1990) .....	901
21.1.	JURISPRUDÊNCIA .....	902
21.2.	SÚMULAS .....	903
22.	RESOLUÇÃO 175 CNJ .....	903

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL



1. NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015) .....	907
2. CONSTITUIÇÃO E PROCESSO .....	907
2.1. A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NO PROCESSO CIVIL .....	907
3. NORMAS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL .....	909
INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO .....	910
4. JURISDIÇÃO: CONCEITO, CARACTERÍSTICAS, PRINCÍPIOS E ESPÉCIES .....	911
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL .....	914
MODIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIA E CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO .....	915
4.1. <i>KOMPETENZ KOMPETENZ</i> .....	915
<i>PERPETUATIO JURISDICTIONIS</i> .....	915
DEMAIS REGRAS SOBRE COMPETÊNCIA .....	916
MODIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIA .....	917
INCOMPETÊNCIA .....	918
ATOS CONCERTADOS .....	918
5. AÇÃO: TEORIAS, CLASSIFICAÇÃO, ELEMENTOS E CUMULAÇÃO. TEORIA DA ASSERÇÃO .....	921
6. PROCESSO: PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS, ATOS PROCESSUAIS, VÍCIOS DOS ATOS PROCESSUAIS, LUGAR, TEMPO E FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS, COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS. PRECLUSÃO .....	923
6.1. ATOS PROCESSUAIS .....	923
6.1.1. DA FORMA .....	923
7. SUJEITOS DO PROCESSO, PARTES, CAPACIDADE, DEVERES E RESPONSABILIDADE POR DANO PROCESSUAL, SUBSTITUIÇÃO, SUCESSÃO. LITISCONSÓRCIO. ASSISTÊNCIA. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS: TÍPICAS E ATÍPICAS. <i>AMICUS CURIAE</i> . JUIZ E AUXILIARES DA JUSTIÇA. MINISTÉRIO PÚBLICO. ADVOCACIA PÚBLICA. DEFENSORIA PÚBLICA. A INTERVENÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA COMO <i>CUSTOS VULNERABILIS</i> .....	926
8. DA TUTELA PROVISÓRIA. TUTELA DE URGÊNCIA E TUTELA DA EVIDÊNCIA. TUTELA ANTECEDENTE E INCIDENTE. ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA .....	937
9. PROCEDIMENTO COMUM: PETIÇÃO INICIAL, INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL, IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO, AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO, RESPOSTAS DO RÉU, REVELIA, PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E SANEAMENTO, JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO, AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, PROVAS, SENTENÇA E COISA JULGADA. ....	941
10. PROVAS. OBJETO, FONTE E MEIOS. ADMISSIBILIDADE. PROVAS TÍPICAS E ATÍPICAS. PROVAS ILÍCITAS. ÔNUS DA PROVA. PROVAS EM ESPÉCIE E SUA PRODUÇÃO. ....	951
10.1. ÔNUS DA PROVA .....	953

**ANALISTA JUDICIÁRIO – DFT**

<b>PONTO 1: FONTES DO DIREITO PENAL: PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO DIREITO PENAL .....</b>	<b>983</b>
<b>PONTO 2. APLICAÇÃO DA LEI PENAL. A LEI PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO. TEMPO E LUGAR DO CRIME. LEI PENAL EXCEPCIONAL, ESPECIAL E TEMPORÁRIA. TERRITORIALIDADE E EXTRATERRITORIALIDADE DA LEI PENAL. PENA CUMPRIDA NO ESTRANGEIRO. EFICÁCIA DA SENTENÇA ESTRANGEIRA. CONTAGEM DE PRAZO. INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL. ANALOGIA. IRRETROATIVIDADE DA LEI PENAL. CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENAIS. ....</b>	<b>988</b>
1. APLICAÇÃO DA LEI PENAL. A LEI PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO. TEMPO E LUGAR DO CRIME. LEI PENAL EXCEPCIONAL, ESPECIAL E TEMPORÁRIA. TERRITORIALIDADE E EXTRATERRITORIALIDADE DA LEI PENAL. PENA CUMPRIDA NO ESTRANGEIRO. EFICÁCIA DA SENTENÇA ESTRANGEIRA. CONTAGEM DE PRAZO .....	988
2. PENA CUMPRIDA NO ESTRANGEIRO. EFICÁCIA DA SENTENÇA ESTRANGEIRA. CONTAGEM DE PRAZO .....	994
2.1. EFICÁCIA DA SENTENÇA ESTRANGEIRA .....	994
2.2. CONTAGEM DE PRAZO .....	994
3. INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL. ANALOGIA. IRRETROATIVIDADE DA LEI PENAL .....	994
4. CONFLITO APARENTE DE NORMAS .....	995
4.1. REQUISITOS CUMULATIVOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DO CONFLITO APARENTE DE NORMAS .....	995
4.2. PRINCÍPIOS PARA A SOLUÇÃO DO CONFLITO APARENTE .....	996
<b>PONTO 3 – CRIME: CLASSIFICAÇÃO, TEORIAS, O FATO TÍPICO E SEUS ELEMENTOS, RELAÇÃO DE CAUSALIDADE, SUPERVENIÊNCIA DE CAUSA INDEPENDENTE, RELEVÂNCIA DA OMISSÃO, CRIME CONSUMADO E TENTADO, PENA DA TENTATIVA, DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ, ARREPENDIMENTO POSTERIOR, CRIME IMPOSSÍVEL, CRIME DOLOSO, CULPOSO E PRETERDOLOSO, AGRAVAÇÃO PELO RESULTADO, CONCURSO DE CRIMES, ERRO SOBRE ELEMENTOS DO TIPO, DESCRIMINANTES PUTATIVAS, ERRO DETERMINADO POR TERCEIRO, ERRO SOBRE A PESSOA, ERRO SOBRE A ILICITUDE DO FATO (ERRO DE PROIBIÇÃO), COAÇÃO IRRESISTÍVEL E OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA, ILICITUDE E CAUSAS DE EXCLUSÃO, EXCESSO PUNÍVEL. ....</b>	<b>998</b>
1. CRIME: CLASSIFICAÇÃO, TEORIAS, O FATO TÍPICO E SEUS ELEMENTOS .....	998
1.1. CONCEITO E TEORIAS .....	998
1.2. ELEMENTOS DO CRIME .....	999
2. CLASSIFICAÇÃO .....	999
3. FATO TÍPICO E SEUS ELEMENTOS .....	1003
4. RELAÇÃO DE CAUSALIDADE, SUPERVENIÊNCIA DE CAUSA INDEPENDENTE, RELEVÂNCIA DA OMISSÃO .....	1004
4.1. RELAÇÃO DE CAUSALIDADE .....	1004

4.1.1.	TEORIAS ACERCA DO NEXO CAUSAL: .....	1004
4.2.	SUPERVENIÊNCIA DE CAUSA INDEPENDENTE .....	1005
4.2.1.	ESPÉCIES DE CAUSA: .....	1005
4.3.	RELEVÂNCIA DA OMISSÃO .....	1006
5.	CRIME CONSUMADO E TENTADO, PENA DA TENTATIVA .....	1006
5.1.	CONSUMAÇÃO .....	1006
5.2.	TENTATIVA .....	1007
6.	DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ, ARREPENDIMENTO POSTERIOR, CRIME IMPOSSÍVEL .....	1008
6.1.	DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA .....	1008
6.2.	ARREPENDIMENTO EFICAZ .....	1008
6.3.	ARREPENDIMENTO POSTERIOR .....	1008
6.3.1.	REQUISITOS .....	1008
6.3.2.	COMUNICABILIDADE .....	1008
6.3.3.	NÃO ACEITAÇÃO DA VÍTIMA .....	1009
6.4.	CRIME IMPOSSÍVEL .....	1009
7.	CRIME DOLOSO, CULPOSO E PRETERDOLOSO, AGRAVAÇÃO PELO RESULTADO .....	1009
7.1.	CRIME DOLOSO .....	1009
7.2.	CRIME CULPOSO .....	1009
7.2.1.	ELEMENTOS DO CRIME CULPOSO .....	1010
7.2.2.	CLASSIFICAÇÃO DA CULPA .....	1010
7.2.3.	CULPA CONSCIENTE E DOLO EVENTUAL .....	1010
7.3.	CRIME QUALIFICADO PELO RESULTADO E CRIME PRETERDOLOSO .....	1011
8.	CONCURSO DE CRIMES .....	1011
9.	ERRO SOBRE ELEMENTOS DO TIPO, DESCRIMINANTES PUTATIVAS, ERRO DETERMINADO POR TERCEIRO, ERRO SOBRE A PESSOA, ERRO SOBRE A ILICITUDE DO FATO (ERRO DE PROIBIÇÃO), COAÇÃO IRRESISTÍVEL E OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA .....	1013
9.1.	ERRO DETERMINADO POR TERCEIRO .....	1013
9.2.	ERRO SOBRE A PESSOA .....	1014
9.2.1.	QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS PARA O AGENTE, NO CASO DO ERRO SOBRE A PESSOA? .....	1014
9.3.	ERRO DE PROIBIÇÃO .....	1014
9.4.	COAÇÃO IRRESISTÍVEL .....	1015
9.5.	OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA .....	1016
9.6.	DESCRIMINANTES PUTATIVAS .....	1016
9.6.1.	NATUREZA JURÍDICA DAS DESCRIMINANTES PUTATIVAS .....	1018
10.	ILICITUDE E CAUSAS DE EXCLUSÃO, EXCESSO PUNÍVEL .....	1018

<b>PONTO 4: CULPABILIDADE, TEORIAS, ELEMENTOS E CAUSAS DE EXCLUSÃO. IMPUTABILIDADE PENAL .....</b>	<b>1025</b>
1. CONCEITO DE CULPABILIDADE .....	1025
2. TEORIAS .....	1025
2.1. TEORIA PSICOLÓGICA DA CULPABILIDADE .....	1025
2.2. TEORIA NORMATIVA OU PSICOLÓGICO-NORMATIVA DA CULPABILIDADE .....	1027
2.3. TEORIA NORMATIVA PURA DA CULPABILIDADE .....	1028
2.4. TEORIA LIMITADA DA CULPABILIDADE .....	1028
3. ELEMENTOS .....	1029
4. CAUSAS DE EXCLUSÃO. IMPUTABILIDADE PENAL .....	1029
4.1. DOENÇA MENTAL (ART. 26, <i>CAPUT</i> , CP) .....	1029
4.1.1. CULPABILIDADE DIMINUÍDA/SEMI-IMPUTABILIDADE .....	1029
4.1.2. CONSTA, NO ART. 319, VII, CPP A POSSIBILIDADE DE O JUIZ DECRETAR .....	1030
4.2. MENORIDADE .....	1030
4.3. EMBRIAGUEZ COMPLETA E FORTUITA .....	1031
5. EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA .....	1032
6. POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE .....	1032
7. EXCLUSÃO DA POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE (ERRO DE PROIBIÇÃO) .....	1033
8. CAUSAS SUPRALEGAIS DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE .....	1033
<b>PONTO 5. CONCURSO DE PESSOAS .....</b>	<b>1034</b>
1. AUTORIA DE PARTICIPAÇÃO .....	1034
1.1. CLASSIFICAÇÃO DOUTRINÁRIA DE AUTORIA: .....	1035
1.2. TEORIAS ACERCA DA PARTICIPAÇÃO: .....	1036
1.3. CLASSIFICAÇÃO DOUTRINÁRIA DA PARTICIPAÇÃO: .....	1037
<b>PONTO 6. PENAS: ESPÉCIE, COMINAÇÃO, APLICAÇÃO, SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA, LIVRAMENTO CONDICIONAL, EFEITOS DA CONDENAÇÃO, REABILITAÇÃO, EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE E INCIDENTES DE EXECUÇÃO. MEDIDAS DE SEGURANÇA .....</b>	<b>1038</b>
1. ESPÉCIES .....	1038
2. COMINAÇÃO DAS PENAS .....	1042
3. CRITÉRIO PARA APLICAÇÃO DA PENA .....	1042
4. REQUISITOS PARA SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR PENA RESTRITIVA DE DIREITOS (ART. 44, CP – REQUISITOS CUMULATIVOS) .....	1043
4.1. MOMENTO PARA A SUBSTITUIÇÃO .....	1043
4.2. REGRAS PARA A SUBSTITUIÇÃO .....	1043
4.3. (RE)CONVERSÃO EM PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE (ART. 44, §4º, CP) .....	1044

4.4.	(RE)CONVERSÃO E TEMPO DE PENA RESTANTE .....	1044
4.5.	ELEMENTARES E CIRCUNSTÂNCIAS. ....	1045
4.6.	AGRAVANTES E ATENUANTES .....	1045
4.6.1.	AGRAVANTES (ARTS. 61, 62 E 63, CP) .....	1045
4.6.2.	ATENUANTES (ART. 65, CP) .....	1046
4.7.	CAUSAS DE AUMENTO E DE DIMINUIÇÃO .....	1047
4.8.	CÁLCULO DA PENA .....	1048
4.9.	REGIMES DE CUMPRIMENTO DAS PENAS .....	1049
4.10.	PROGRESSÃO DE REGIME .....	1051
4.10.1.	PROGRESSÃO <i>PER SALTUM</i> .....	1053
4.10.2.	PROGRESSÃO DE REGIME E PRESO PROVISÓRIO .....	1053
4.10.3.	PROGRESSÃO DE REGIME E PRISÃO ESPECIAL .....	1053
4.10.4.	IMPOSSIBILIDADE DE PROGRESSÃO DE REGIME E SUA IN- CONSTITUCIONALIDADE .....	1053
4.10.5.	A IRRETROATIVIDADE DA EXIGÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE PENA .....	1053
4.11.	REGRESSÃO DE REGIME – HIPÓTESES: .....	1054
1.12.	SUPERVENIÊNCIA DE NOVA CONDENAÇÃO E UNIFICAÇÃO DAS PE- NAS .....	1054
4.13.	REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO – RDD .....	1055
4.14.	PRISÃO ALBERGUE-DOMICILIAR .....	1056
4.15.	PRISÃO DOMICILIAR (MEDIDA CAUTELAR). HIPÓTESES .....	1056
4.16.	REGIME ESPECIAL DE SEMILIBERDADE: CUMPRIMENTO DE PENA DO ÍNDIO .....	1056
4.17.	PRISÃO ESPECIAL .....	1056
5.	SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA .....	1057
5.1.	MODALIDADES .....	1057
5.2.	REQUISITOS .....	1057
5.3.	MOMENTO ADEQUADO E JUÍZO COMPETENTE PARA A CONCES- SÃO .....	1057
5.4.	CONDIÇÕES .....	1058
5.5.	REVOGAÇÃO .....	1058
5.6.	CASSAÇÃO .....	1058
5.7.	HIPÓTESES DE PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE PROVA .....	1058
5.8.	EXTINÇÃO DA PENA/CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES .....	1059
6.	LIVRAMENTO CONDICIONAL .....	1059
7.	EFEITOS DA CONDENAÇÃO .....	1062
8.	REABILITAÇÃO .....	1064
8.1.	FINALIDADES DA REABILITAÇÃO .....	1064
8.2.	PRESSUPOSTO .....	1066

8.3. REQUISITOS .....	1066
8.4. COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO DA REABILITAÇÃO .....	1066
8.5. PEDIDO E RECURSO NO PROCESSO DE REABILITAÇÃO .....	1066
8.6. REVOGAÇÃO DA REABILITAÇÃO .....	1067
9. MEDIDAS DE SEGURANÇA .....	1067
9.1. MODALIDADES .....	1067
9.2. PRAZOS .....	1067
9.3. CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES .....	1068
<b>PONTO 7. AÇÃO PENAL (SERÁ TRATADO NO CONTEÚDO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL) .....</b>	<b>1068</b>
<b>PONTO 8. PUNIBILIDADE E CAUSAS DE EXTINÇÃO .....</b>	<b>1068</b>
<b>PONTO 9: DOS CRIMES CONTRA A PESSOA .....</b>	<b>1076</b>
<b>PONTO 10. DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO .....</b>	<b>1103</b>
<b>PONTO 11. DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL .....</b>	<b>1126</b>
<b>PONTO 12. DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA .....</b>	<b>1139</b>
<b>PONTO 13. DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA .....</b>	<b>1146</b>
<b>PONTO 14. DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA .....</b>	<b>1165</b>
<b>PONTO 15. DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA .....</b>	<b>1167</b>
<b>PONTO 16. DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....</b>	<b>1182</b>

## **TJDFT – ANALISTA JUDICIÁRIO**

1. PRINCÍPIOS GERAIS E CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO PENAL .....	1225
2. APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO, NO ESPAÇO E EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS .....	1233
3. FONTES E INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL .....	1236
4. PERSECUÇÃO PENAL .....	1239
5. INQUÉRITO POLICIAL E INVESTIGAÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	1239
6. AÇÃO PENAL .....	1252
7. SUJEITOS DO PROCESSO E AUXILIARES DA JUSTIÇA .....	1258
8. ATOS PROCESSUAIS .....	1264
9. AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA .....	1267
10. SENTENÇA E COISA JULGADA .....	1268
11. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA .....	1271
12. QUESTÕES E PROCEDIMENTOS INCIDENTES .....	1286
13. PROVAS .....	1291
14. PRISÃO E MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS .....	1307
15. PROCESSO E PROCEDIMENTO .....	1319
16. NULIDADES .....	1332
17. RECURSOS .....	1335

18. REVISÃO CRIMINAL, <i>HABEAS CORPUS</i> E MANDADO DE SEGURANÇA .....	1338
19. EXECUÇÃO PENAL .....	1341
20. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA .....	1352
21. LAVAGEM DE DINHEIRO .....	1354
22. PROTEÇÃO A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS .....	1357
23. ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS .....	1359
24. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA .....	1364
25. DROGAS .....	1368
26. ABUSO DE AUTORIDADE .....	1379
27. PRECONCEITO RACIAL .....	1380
28. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE .....	1381
29. CRIMES HEDIONDOS .....	1382
30. TORTURA .....	1384
31. ESTATUTO DO IDOSO .....	1385
32. ESTATUTO DO DESARMAMENTO .....	1387
33. CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO .....	1391
34. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR .....	1392